



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

SEJUSP SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

Diretoria de Gestão de Parcerias

Processo SEI nº 1450.01.0096920/2024-82

OBJETO: Processo de seleção pública de entidade sem fins lucrativos, qualificada ou que pretenda qualificar-se como Organização Social do Estado de Minas Gerais, para celebrar contrato de gestão com objeto de execução, em mútua cooperação, das medidas socioeducativas de internação provisória, de internação-sanção e de internação por prazo indeterminado em municípios do Estado de Minas Gerais, conforme definido neste Edital e seus Anexos.

ÍNDICE

1. DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS
2. DO OBJETO, VALOR E VIGÊNCIA
3. DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA PARTICIPAÇÃO DAS ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS
4. DA CONDIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO DAS ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS
5. DA PUBLICIDADE DO EDITAL, PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO
6. DO PRAZO DE ELABORAÇÃO E ENTREGA DAS PROPOSTAS
7. DA FORMA DE ENTREGA DOS DOCUMENTOS
8. DA ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS
9. DOS RECURSOS
10. DO RESULTADO DO PROCESSO DE SELEÇÃO PÚBLICA E CONVOCAÇÃO DA ENTIDADE SEM FINS LUCRATIVOS VENCEDORA
11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

PREÂMBULO

O Governo do Estado de Minas Gerais, por meio da SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 24.313/2023 e pelo Decreto Estadual nº 48.659/2023 e, considerando o disposto na Lei Estadual nº 23.081/2018, no Decreto Estadual nº 47.553/2018 e no Decreto Estadual nº 47.742/2019, torna pública a abertura de Edital para recebimento de propostas de entidades sem fins lucrativos interessadas em participar de processo de seleção pública para celebração de Contrato de Gestão, doravante denominadas PROPONENTES.

1. DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1.1. O presente processo de seleção pública para celebração de Contrato de Gestão obedecerá às exigências constantes na Lei Estadual nº 23.081/2018, no Decreto Estadual nº 47.553/2018 e no Decreto Estadual nº 47.742/2019, bem como as condições fixadas neste Edital e nos respectivos Anexos que o compõem.

1.2. Este Edital encontra-se disponível no sítio eletrônico da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, no seguinte endereço: <http://www.seguranca.mg.gov.br/socioeducativo/editais-socioeducativo>.

1.3. É dispensável a prévia qualificação da PROPONENTE como Organização Social (OS) do

Estado de Minas Gerais para a participação no presente processo de seleção pública.

- 1.4. É requisito indispensável para a celebração do Contrato de Gestão a qualificação da Entidade sem Fins Lucrativos como Organização Social (OS) do Estado de Minas Gerais.
- 1.5. Recomenda-se que a PROPONENTE se qualifique no momento da submissão das propostas, conforme procedimentos previstos na Lei Estadual nº 23.081/2018 e no Decreto Estadual nº 47.553/2018, com vistas a otimizar o processo de celebração de Contrato de Gestão ao fim do presente processo de seleção pública.
- 1.6. Caso a PROPONENTE mais bem classificada no processo de seleção pública não esteja qualificada como Organização Social, não compareça de forma presencial ou virtual no prazo previsto na convocação ou se recuse a celebrar o contrato de gestão, o órgão ou entidade responsável pelo processo de seleção pública poderá convocar a PROPONENTE classificada em segundo lugar, e assim sucessivamente, até que seja celebrado o contrato de gestão, obedecido o prazo de validade do processo de seleção pública.
- 1.7. Em caso de todas as PROPONENTES forem inabilitadas ou todas as propostas forem eliminadas, o órgão ou entidade responsável pelo processo de seleção pública poderá reabrir o prazo inicialmente estabelecido no edital, nos termos do item 5.1, para a apresentação de documentos por qualquer entidade sem fins lucrativos interessada, contados a partir da publicação do extrato de reabertura de prazo do edital no Diário Oficial Eletrônico Minas Gerais.
- 1.8. As PROPONENTES assumem todos os eventuais custos relativos à preparação e apresentação das respectivas propostas. Portanto, o Estado de Minas Gerais não será, em caso algum, responsável por tais custos.
- 1.9. Ao encaminhar a proposta, a PROPONENTE se compromete com a sua autoria e com a veracidade e autenticidade de todas as informações apresentadas, podendo ser eliminada e responsabilizada a qualquer momento, sem prejuízo das demais penalidades previstas na legislação pertinente, caso seja constatada a falsidade das informações ou dos documentos apresentados.
- 1.10. O julgamento da documentação enviada pelas PROPONENTES será conduzido por comissão julgadora composta pelos representantes da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (Sejusp) designados por Resolução própria.
- 1.11. Qualquer modificação no Edital exige alteração do seu texto original, por meio de retificação do documento que deverá ser publicado no sítio eletrônico da Sejusp.
- 1.12. Integram o presente Edital, para todos os efeitos legais:
 - a) ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA;
 - b) ANEXO II – CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS;
 - c) ANEXO III – ESTIMATIVA DE CUSTOS;
 - d) ANEXO IV – MINUTA DO CONTRATO DE GESTÃO E SEUS ANEXOS;
 - e) ANEXO V – CRONOGRAMA DO PROCESSO DE SELEÇÃO PÚBLICA;
 - f) ANEXO VI – PLANO DE TRABALHO PARA NOVOS INDICADORES;
 - g) ANEXO VII – PLANO DE TRABALHO PARA NOVOS PRODUTOS;
 - h) ANEXO VIII – PROGRAMA DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DO ESTADO DE MINAS GERAIS.

2. DO OBJETO, VALOR E VIGÊNCIA

- 2.1. Esse Edital tem por objeto selecionar a melhor proposta apresentada pelas PROPONENTES no presente processo de seleção pública para celebração de Contrato de Gestão com a Sejusp tendo como objeto a execução, em mútua cooperação, das medidas socioeducativas de internação provisória, de internação-sanção e de internação por prazo indeterminado nos municípios de Minas Gerais.
- 2.2. A especificação técnica e metodológica das atividades e serviços de interesse público a

serem desenvolvidos pelo Contrato de Gestão, oriundo do presente processo de seleção pública, está descrita no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA.

2.3. Os critérios para análise e julgamento dos documentos encaminhados pelas PROPONENTES neste processo de seleção pública estão descritos no ANEXO II – CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS.

2.4. A minuta do Contrato de Gestão oriundo do presente processo de seleção pública está apresentada no ANEXO IV – MINUTA DO CONTRATO DE GESTÃO E SEUS ANEXOS.

2.5. O valor total estimado a ser repassado pela Sejusp por meio do Contrato de Gestão para o primeiro ano de execução é de R\$11.288.784,95 (onze milhões, duzentos e oitenta e oito mil setecentos e oitenta e quatro reais e noventa e cinco centavos). Já para os 2 (dois) anos de execução o valor total é de R\$27.164.320,00 (vinte e sete milhões, cento e sessenta e quatro mil trezentos e vinte reais).

2.5.1. A despesa decorrente do contrato de gestão a ser celebrado a partir do presente Edital correrá, para o ano de 2024, à conta da dotação orçamentária nº 1451.12.243.146.4442.0001.3.3.50.85.01.0.10.1 e daquelas que vierem a substituí-las. As despesas dos exercícios subsequentes estarão acobertadas pelo PPAG 2024-2027, com dotações orçamentárias próprias a serem fixadas.

2.6. A despesa decorrente do Contrato de Gestão a ser celebrado a partir do presente Edital está prevista na ação orçamentária 4442 - FORMAÇÃO EDUCACIONAL E PROFISSIONAL DO ADOLESCENTE EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG.

2.7. A vigência do Contrato de Gestão a ser celebrado será de 2 (dois) anos, contados a partir da publicação do seu extrato no Diário Oficial Eletrônico Minas Gerais, podendo ser renovada até o limite máximo de 20 (vinte) anos.

2.8. A Sejusp poderá celebrar termos aditivos ao Contrato de Gestão, sem nova seleção pública de entidade sem fins lucrativos, nas hipóteses previstas no §3º do art. 65 da Lei Estadual nº 23.081/2018.

2.9. O processo de seleção pública para celebração de Contrato de Gestão definido neste Edital terá validade de 12 meses, prorrogável por igual período, contada a partir da publicação do respectivo resultado no Diário Oficial Eletrônico Minas Gerais.

3. DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA PARTICIPAÇÃO DAS ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS

3.1. Observados os requisitos dos critérios constantes no ANEXO II - CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS, a PROPONENTE apresentará os seguintes documentos:

- a) Formulário do Sistema Eletrônico de Informações – SEI, denominado “Formulário de envio de proposta”;
- b) Estimativa de custos, elaborada conforme modelo apresentado no ANEXO III – ESTIMATIVA DE CUSTOS do presente Edital;
- c) Balanço Patrimonial do ano de 2023;
- d) Documentos de comprovação de experiência;
 - d.1) Serão considerados documentos de comprovação de experiência, os seguintes instrumentos, acompanhados da comprovação de sua execução e regularidade, conforme disposto no item 3.5:
 - d.1.1) acordo(s) de cooperação técnica;
 - d.1.2) contrato(s);
 - d.1.3) contrato(s) de gestão;
 - d.1.4) convênio(s);
 - d.1.5) termo(s) de colaboração;

d.1.6) termo(s) de fomento;

d.1.7) termo(s) de parceria;

d.1.8) instrumento(s) jurídico(s) congêneres aos elencados nos itens d.1.1 a d.1.7.

e) Documento(s) demonstrando a compatibilidade dos salários propostos aos dirigentes e trabalhadores das entidades sem fins lucrativos com os salários praticados no mercado da região onde será executada a atividade ou serviço a ser executado por meio do Contrato de Gestão, observados os requisitos do critério “Adequação da(s) Pesquisa(s) de Salário” constante no ANEXO II – CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS;

f) Plano de Trabalho elaborado conforme modelo apresentado no ANEXO VI – PLANO DE TRABALHO PARA NOVOS INDICADORES do presente Edital, caso seja de interesse da PROPONENTE;

g) Plano de Trabalho elaborado conforme modelo apresentado no ANEXO VII – PLANO DE TRABALHO PARA NOVOS PRODUTOS do presente Edital, caso seja de interesse da PROPONENTE;

h) Documentos relacionados à comprovação do critério 4.1 descrito no ANEXO II - CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS deste Edital.

h.1) Serão considerados documentos de comprovação de isenção/imunidade tributária:

h.1.1) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) ou comprovante de renovação com condição de beneficência ativa para a Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social; ou

h.1.2) Decisão judicial transitada em julgado que assegure o gozo de imunidade ou isenção em relação às contribuições para a seguridade social; ou

h.1.3) Documento específico emitido pelo Poder Público que assegure o gozo de imunidade ou isenção em relação às contribuições para a seguridade social.

3.2. Em relação à documentação descrita na alínea “e” do item 3.1 deste Edital, na hipótese de não ser possível averiguar os salários praticados na região onde será executada a atividade ou serviço – sobretudo para os cargos intrinsecamente relacionados à gestão de unidade socioeducativa – poderá ser considerado como região o Estado de Minas Gerais.

3.3. Todos os documentos apresentados pela PROPONENTE para este Edital deverão ser legíveis, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, contendo todos os elementos exigidos neste Edital e poderão ser encaminhados em cópia simples, sendo reservado à comissão julgadora o direito de exigir os originais para fins de cumprimento de diligências ou quaisquer verificações.

3.4. A PROPONENTE deverá nomear os documentos anexados à proposta com a mesma nomenclatura utilizada na listagem do “Formulário de envio de proposta”, constante no Sistema Eletrônico de Informações – SEI, viabilizando a identificação destes documentos pela comissão julgadora e a avaliação dos critérios a que se endereçam.

3.5. Os documentos de comprovação de experiência apresentados para fins de pontuação nos critérios 2.1, 2.2, 2.3, 3.1 e 3.2 do ANEXO II - CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS deste Edital serão aceitos apenas quando acompanhados da comprovação de sua execução e regularidade, mediante apresentação de, ao menos, 1 (um) dos documentos abaixo:

a) Comprovante da aprovação da prestação de contas;

b) Relatório(s) parcial(is) de execução, monitoramento ou de avaliação, caso previstos na legislação específica do instrumento jurídico apresentado, emitido(s) pelo órgão público competente ou pela parte signatária do(s) instrumento(s) jurídico(s) apresentado(s);

c) Declaração ou atestado de execução e regularidade, emitido pelo órgão público competente ou pela parte signatária do(s) instrumento(s) jurídico(s) apresentado(s) que não a PROPONENTE;

d) Declaração de capacidade técnica, registrada em cartório, emitida por parceiro privado da PROPONENTE, atestando sua experiência, sob pena de infringir o artigo 299 do

Código Penal em caso de declaração falsa.

3.6. Todos os documentos a serem apresentados para fins de comprovação de experiência deverão ter expressamente a PROPONENTE como parte signatária, qualificada, certificada ou titulada, conforme critério(s) constante(s) no ANEXO II - CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS.

3.7. Todos os documentos a serem apresentados para fins de comprovação de experiência deverão explicitar o período de execução, a fim de viabilizar a aferição, pela comissão julgadora, do tempo exato de experiência comprovado, sob pena de desconsideração da documentação caso não seja possível aferir o período de execução.

4. DA CONDIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO DAS ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS

4.1. Poderão participar do processo de seleção pública para celebração de Contrato de Gestão quaisquer entidades sem fins lucrativos, exceto aquelas que:

a) estejam em cumprimento de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual, por prazo não superior a dois anos;

b) estejam declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a administração pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, o que ocorrerá sempre que o contratado ressarcir a administração pública pelos prejuízos causados e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior;

c) tenham pendências na prestação de contas de instrumento anteriormente firmado com a administração pública estadual;

d) tenham perdido a qualificação como Organização Social do Estado de Minas Gerais pelas hipóteses previstas nos incisos I a IV do art. 57 da Lei Estadual nº 23.081/2018, enquanto perdurar o impedimento de que trata o §2º do art. 57 da mesma lei;

e) sejam enquadradas nas hipóteses do art. 45 e do parágrafo único do art. 46 da Lei Estadual nº 23.081/2018.

4.2. Para fins deste Edital, por “pendência na prestação de contas”, conforme previsto na alínea “c” do item 4.1, entende-se omissão no dever de prestar contas.

4.3. A entidade sem fins lucrativos que não possui o título de Organização Social qualificada na área de atuação de Ação Social ou Ensino do Estado de Minas Gerais poderá requerê-lo a qualquer momento à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - Seplag, observado o disposto no item 10 deste Edital e conforme dispõem a Lei Estadual nº 23.081/2018 e o Decreto Estadual nº 47.553/2018.

4.4. Na hipótese de a entidade sem fins lucrativos vencedora do processo de seleção pública ser sediada em outro Estado da federação, será obrigatória a constituição de filial exclusiva, sediada em Minas Gerais, para execução do Contrato de Gestão.

5. DA PUBLICIDADE DO EDITAL, PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

5.1. O prazo para publicidade do Edital é de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da publicação do extrato deste instrumento jurídico no Diário Oficial Eletrônico Minas Gerais.

5.2. Durante o prazo para publicidade deste Edital as PROPONENTES se obrigam a examinar cuidadosamente todos os documentos constantes neste Edital.

5.3. É facultada à PROPONENTE interessada a realização de visita técnica na unidade socioeducativa a ser gerida, em mútua cooperação, pela OS.

5.4. A visita técnica deverá ser solicitada dentro do prazo de publicidade do Edital e com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis da data da pretendida visita, podendo ser agendada para

ocorrer nas datas previstas no ANEXO V – CRONOGRAMA DO PROCESSO DE SELEÇÃO PÚBLICA, mediante pedido de agendamento encaminhado, obrigatoriamente, para o e-mail dpa.suase@seguranca.mg.gov.br.

5.5. Caso a PROPONENTE opte pela não realização da visita técnica, não poderá alegar falta de ciência das condições da unidade socioeducativa a ser gerida, em mútua cooperação, pela OS, bem como a ocorrência de eventuais prejuízos em virtude de sua omissão na verificação do local.

5.6. A Sejusp realizará sessão pública virtual de esclarecimentos para dirimir eventuais dúvidas acerca dos procedimentos para participação neste processo de seleção pública para celebração de Contrato de Gestão, conforme data, horário e link de acesso disponibilizados no seguinte endereço eletrônico: <http://www.seguranca.mg.gov.br/socioeducativo/editais-socioeducativo>.

5.7. Até o prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis antes do término do prazo de publicidade do Edital, os interessados poderão encaminhar pedidos de esclarecimento ou de impugnação, sendo vedado o prosseguimento para a fase de elaboração e entrega das propostas sem que todos os pedidos de esclarecimento ou de impugnação tenham sido devidamente respondidos.

5.8. Os pedidos de esclarecimentos ou de impugnação acerca deste Edital poderão ser realizados por qualquer pessoa, física ou jurídica, e deverão ser, obrigatoriamente, encaminhados para o e-mail dpa.suase@seguranca.mg.gov.br.

5.9. Os interessados deverão se identificar (CNPJ e razão social, se pessoa jurídica, ou nome e CPF, se pessoa física) e disponibilizar as informações para contato (e-mail) nos respectivos pedidos de esclarecimentos ou de impugnação eventualmente encaminhados à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública.

5.10. Os interessados deverão discriminar o número do presente Processo de Seleção Pública (Edital de Seleção Pública nº 01/2024) no campo “assunto” do e-mail a ser encaminhado.

5.11. Os pedidos de esclarecimentos e/ou de impugnação serão respondidos pela Sejusp, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data em que o pedido for encaminhado pelo(a) interessado(a).

5.12. A Sejusp disponibilizará todos os pedidos de esclarecimentos e de impugnação bem como as respectivas respostas no sítio eletrônico <http://www.seguranca.mg.gov.br/socioeducativo/editais-socioeducativo>.

5.13. O encaminhamento de eventual pedido de impugnação não impedirá a participação da PROPONENTE neste processo de seleção pública para celebração de Contrato de Gestão.

5.14. Findo o prazo de publicidade de que trata o item 5.1, decai o direito das PROPONENTES de impugnarem o presente Edital, sendo que a apresentação de proposta pela PROPONENTE implica a aceitação integral e irretroatável dos seus termos, condições, cláusulas e anexos.

5.15. Não serão aceitas, sob quaisquer hipóteses, alegações de desconhecimento dos termos, condições, cláusulas e anexos do presente Edital em qualquer fase do processo de seleção pública, bem como das normas dispostas na Lei Estadual nº 23.081/2018, no Decreto Estadual nº 47.553/2018 e no Decreto Estadual nº 47.742/2019.

6. DO PRAZO DE ELABORAÇÃO E ENTREGA DAS PROPOSTAS

6.1. No dia útil subsequente ao término do prazo de publicidade do Edital, será iniciado o prazo de elaboração da proposta e entrega dos documentos.

6.2. O prazo de elaboração da proposta e entrega dos documentos é de 5 (cinco) dias úteis, contados na forma do item 6.1.

6.3. A Sejusp deverá dar ampla publicidade, no respectivo sítio eletrônico em que este Edital se encontrará disponível, ao prazo de elaboração da proposta e entrega dos documentos.

7. DA FORMA DE ENTREGA DOS DOCUMENTOS

7.1. A PROPONENTE deverá entregar os documentos previstos no item 3.1 deste Edital exclusivamente em meio digital, através de peticionamento no Sistema Eletrônico de Informações – SEI.

7.2. A PROPONENTE que não possuir cadastro de usuário externo no SEI deverá se cadastrar durante o prazo para publicidade deste Edital, conforme tutorial denominado “CADASTRO DE USUÁRIO EXTERNO E ENTREGA DE DOCUMENTOS ATRAVÉS DE PETICIONAMENTO NO SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES – SEI” disponível em : https://www.sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_avisar_cadastro&id_orgao_acesso_externo=0.

7.3. A PROPONENTE deve encaminhar a solicitação de cadastro de usuário externo no SEI em até 2 (dois) dias úteis antes do prazo final de publicidade deste Edital.

7.4. Durante o prazo de elaboração da proposta e entrega dos documentos, a PROPONENTE deverá iniciar processo no SEI utilizando o tipo de peticionamento eletrônico denominado “Seleção pública de entidade sem fins lucrativos – Edital Sejusp nº. 01/2024” e anexar cópia dos documentos previstos no item 3.1 deste Edital.

7.5. A PROPONENTE deverá promover a anexação individualizada de cada um dos documentos previstos no item 3.1 deste Edital, sendo responsável, ainda, pelo preenchimento dos dados próprios em campo específico para tanto, conforme detalhamento indicado no “Formulário de envio de proposta”.

7.6. Caso a PROPONENTE não promova a anexação individualizada na forma do item 7.5, os documentos por ela anexados de forma diversa serão desconsiderados.

7.7. Caso a PROPONENTE identifique a necessidade de alterar sua proposta dentro do prazo de elaboração da proposta e entrega dos documentos indicado no item 6.2, deverá iniciar peticionamento intercorrente no SEI, relacionado ao peticionamento anterior.

7.8. Caso a PROPONENTE realize um novo peticionamento completo no mesmo processo de seleção pública, o(s) primeiro(s) será(ão) desconsiderado(s) e será considerado válido para julgamento como proposta somente o último peticionamento realizado. Ressalta-se que esses termos não se aplicam para o peticionamento intercorrente.

7.9. No processo de anexação dos documentos no SEI, a PROPONENTE preencherá eletronicamente o “Formulário de envio de proposta”, conforme modelo disponível no SEI.

7.10. Não serão considerados, para fins de avaliação da proposta por parte da comissão julgadora, documentos diversos dos que foram solicitados neste Edital.

7.11. É vedada a inclusão de documentos via peticionamento intercorrente ou o envio de novas propostas no processo SEI “Seleção pública de entidade sem fins lucrativos – Edital Sejusp nº. 01/2024” fora do prazo de elaboração da proposta e entrega dos documentos, estabelecido no item 6.2 deste Edital, sob pena de eliminação da PROPONENTE.

7.12. Após o prazo para elaboração e entrega das propostas, é vedada a inclusão, retirada, substituição ou retificação de quaisquer documentos referentes ao item 3.1 deste Edital pela PROPONENTE, sob pena de sua eliminação.

7.13. Após o fim do prazo a que se refere o item 6.2 deste Edital, a Administração Pública estadual deverá garantir que somente os representantes da comissão julgadora tenham acesso ao peticionamento eletrônico, até que seja publicada ata de julgamento de que trata o item 8.7.

8. DA ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

8.1. Para analisar e julgar as propostas recebidas, a comissão julgadora terá o prazo de até 03 (três) dias úteis, prorrogável por igual período, contados a partir do dia útil subsequente à data do fim do prazo de elaboração da proposta e entrega dos documentos.

8.2. A comissão julgadora zelará pelo julgamento objetivo e isonômico dos documentos apresentados pelas PROPONENTES, obedecendo aos critérios previstos neste Edital e às normas da Lei Estadual nº 23.081/2018 e do Decreto Estadual nº 47.553/2018.

8.3. É vedada a utilização de qualquer elemento, critério ou fator sigiloso, secreto, pessoal ou reservado, que possa, ainda que indiretamente, elidir o princípio da imparcialidade.

8.4. A análise e o julgamento realizados pela comissão julgadora deverão ser fundamentados e registrados em ata de julgamento, demonstrando o resultado da análise dos documentos, a classificação e a pontuação atribuída a cada PROPONENTE, de acordo com os critérios constantes no ANEXO II – CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS, dentro do prazo previsto no item 8.1 deste Edital.

8.5. Será considerada mais bem classificada neste processo de seleção pública a PROPONENTE que obtiver a maior pontuação final.

8.6. Em caso de empate, deverá ser utilizada regra de desempate estabelecida no ANEXO II – CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS deste Edital.

8.7. Finalizada a elaboração da ata de que trata o item 8.4, a comissão julgadora encaminhará este documento à unidade administrativa da Sejusp responsável pelo presente processo de seleção, que, imediatamente, deverá juntar a ata aos autos do processo de seleção pública e publicá-la no sítio eletrônico, no seguinte endereço: <http://www.seguranca.mg.gov.br/socioeducativo/editais-socioeducativo>.

9. DOS RECURSOS

9.1. A Sejusp abrirá prazo de 05 (cinco) dias úteis para interposição de recursos, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à publicação da ata de julgamento.

9.2. Os recursos deverão ser direcionados ao dirigente máximo da Sejusp.

9.3. A PROPONENTE interessada em recorrer do julgamento deverá enviar e-mail, obrigatoriamente, para dpa.suase@seguranca.mg.gov.br, fundamentando e inserindo os documentos relativos ao respectivo recurso.

9.4. A PROPONENTE deverá se identificar, por meio de CNPJ e razão social, se pessoa jurídica, ou nome e CPF, se pessoa física, e disponibilizar as informações para contato (e-mail) na respectiva interposição de recurso eventualmente encaminhada à Sejusp.

9.5. Os documentos enviados para fins de recursos deverão ser apresentados em português, sem emendas, rasuras ou entrelinhas.

9.6. Recebido o recurso, o dirigente máximo da Sejusp terá até 4 (quatro) dias úteis, prorrogáveis por igual período, para analisar e decidir.

9.7. O teor de cada recurso e a decisão do dirigente máximo da Sejusp deverão ser publicados no sítio eletrônico, no seguinte endereço: <http://www.seguranca.mg.gov.br/socioeducativo/editais-socioeducativo>.

9.8. Não caberá, na esfera administrativa, a interposição de outro recurso em face da decisão do dirigente da Sejusp.

10. DO RESULTADO DO PROCESSO DE SELEÇÃO PÚBLICA E CONVOCAÇÃO DA ENTIDADE SEM FINS LUCRATIVOS VENCEDORA

10.1. A homologação do resultado deste processo de seleção pública, contendo a classificação das PROPONENTES, após a decisão de eventual recurso interposto, e a indicação da entidade sem fins lucrativos vencedora, deverá ser publicada pela Sejusp no Diário Oficial Eletrônico Minas Gerais e no seu sítio eletrônico, no seguinte endereço: <http://www.seguranca.mg.gov.br/socioeducativo/editais-socioeducativo>.

10.2. A Sejusp poderá convocar a entidade sem fins lucrativos vencedora para celebrar Contrato de Gestão, por meio de ato publicado no Diário Oficial Eletrônico Minas Gerais e de correspondência eletrônica oficial, preferencialmente encaminhada pelo SEI, estabelecendo o prazo de 03 (três) dias úteis para comparecimento, contados a partir da data subsequente à publicação da convocação.

10.3. Convocada, a entidade sem fins lucrativos vencedora deverá comparecer à Diretoria de Gestão de Parcerias, da Sejusp, situada na Cidade Administrativa Presidente Tancredo Neves, Rodovia

Papa João Paulo II, 4.143, Edifício Minas, 3º andar, lado ímpar, bairro Serra Verde, CEP 31.630-900, Belo Horizonte - MG, de segunda a sexta-feira, das 09h às 17h, no prazo estabelecido no item 10.2.

10.3.1. Durante o prazo estabelecido no item 10.2, a entidade convocada poderá se apresentar por e-mail enviado para o endereço eletrônico para que seja agendada a reunião de comparecimento em ambiente virtual de domínio da SEJUSP.

10.4. Na hipótese da entidade sem fins lucrativos vencedora não possuir o título de Organização Social na área de atuação de Ação Social ou Ensino do Estado de Minas Gerais, esta deverá encaminhar requerimento de qualificação para a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag, nos termos e condições da Lei Estadual nº 23.081/2018 e do Decreto Estadual nº 47.553/2018.

10.5. O requerimento de que trata o item 10.4 deverá ser encaminhado à Seplag em até 5 (cinco) dias úteis após a convocação da entidade sem fins lucrativos vencedora.

10.6. Caso a entidade sem fins lucrativos vencedora do certame:

I - não compareça no prazo previsto no item 10.2 deste Edital;

II - se recuse a celebrar o Contrato de Gestão;

III - não apresente requerimento no prazo do item 10.5; ou

IV - na impossibilidade de deferimento da sua qualificação como Organização Social em Ação Social ou Ensino do Estado de Minas Gerais;

A Sejusp poderá convocar a entidade sem fins lucrativos classificada em segundo lugar, mantidas as condições da proposta estabelecida no processo de seleção pública, e assim sucessivamente, até que seja celebrado o Contrato de Gestão, obedecido o prazo de validade deste processo de seleção pública.

10.7. O Contrato de Gestão oriundo do presente processo de seleção pública está previsto para ser celebrado no mês de dezembro de 2024.

11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. Quaisquer documentos, atos complementares, avisos, comunicados e convocações relativos a este processo de seleção pública que vierem a ser divulgados no sítio eletrônico da Sejusp, no seguinte endereço: <http://www.seguranca.mg.gov.br/socioeducativo/editais-socioeducativo>, serão incorporados a este Edital para todos os efeitos.

11.2. Caso haja necessidade de retificação ao Edital, a Sejusp fará a devida avaliação e fundamentação e, havendo alteração das condições estabelecidas para a elaboração das propostas, deverá:

a) prorrogar o prazo para publicidade do Edital em 2 (dois) dias úteis, se este prazo não estiver encerrado; ou

b) estabelecer novo prazo de publicidade do Edital de, no mínimo, 15 (quinze) dias úteis, se o prazo para publicidade do edital estiver encerrado.

11.3. Na hipótese da alínea b do item 11.2. supra, será disponibilizado também novo cronograma, reprogramando os demais prazos previstos neste edital.

11.4. É assegurado à Sejusp o direito de, de acordo com o interesse público, anular ou revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, o presente processo de seleção pública para celebração de Contrato de Gestão, fundamentando sua decisão e dando publicidade ao ato, por meio de divulgação em seu sítio eletrônico.

11.5. As manifestações da comissão julgadora e as decisões da autoridade competente da Sejusp deverão ser fundamentadas com os motivos que as ensejaram.

11.6. É facultado à comissão julgadora, ou à autoridade competente da Sejusp, em qualquer fase deste processo de seleção pública, promover diligências, a fim de esclarecer ou complementar a sua instrução.

11.7. Em caso de todas as PROPONENTES serem inabilitadas ou eliminadas, a Sejusp poderá

reabrir o prazo de publicidade do Edital, para a apresentação de documentos por qualquer entidade sem fins lucrativos interessada, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data da publicação do extrato de reabertura de prazo do Edital no Diário Oficial Eletrônico Minas Gerais.

11.8. Nos casos de ausência de interessados no presente processo de seleção pública e impossibilidade comprovada de repetição do processo sem prejuízo para a Sejusp, esta poderá dispensar o procedimento, podendo firmar Contrato de Gestão diretamente com determinada entidade qualificada com o título de Organização Social de Ação Social ou Ensino do Estado de Minas Gerais, mantidas, neste caso, todas as condições estabelecidas neste Edital, conforme disposto no inciso IV do art. 60 da Lei Estadual nº 23.081/2018.

11.9. A qualquer momento, a Sejusp poderá desclassificar as PROPONENTES, em despacho motivado, sem direito a indenização ou ressarcimento e sem prejuízo de outras sanções, se tiver ciência de fato ou circunstância, anterior ou posterior ao julgamento da seleção, que represente infração às regras deste Edital.

11.10. Na hipótese do item 11.9, a Sejusp poderá convocar para a celebração do Contrato de Gestão a entidade sem fins lucrativos classificada em segundo lugar e assim sucessivamente.

11.11. O programa de trabalho, constante no ANEXO IV – MINUTA DO CONTRATO DE GESTÃO E SEUS ANEXOS poderá ser adequado pela Sejusp, em parceria com a entidade sem fins lucrativos, quando da celebração do Contrato de Gestão, de acordo com o interesse público e desde que preservados os critérios para avaliação das propostas e os aspectos que norteiam este processo de seleção pública.

11.12. Ao encaminhar proposta neste processo de seleção pública, a PROPONENTE concorda com as diretrizes financeiras definidas neste Edital, sob pena de eliminação.

11.13. O resultado deste processo de seleção pública com a decisão da proposta vencedora, bem como da classificação das propostas, não obriga a administração pública estadual a celebrar Contrato de Gestão.

11.14. A Estimativa de Custos elaborada pela entidade sem fins lucrativos vencedora servirá de parâmetro para elaboração da Memória de Cálculo do Contrato de Gestão, sendo admitida revisão, de acordo com o interesse público e desde que preservados os critérios para avaliação das propostas e os aspectos que norteiam este processo de seleção pública.

11.15. É facultada à administração pública estadual a cessão especial de servidor civil para a OS, com ou sem ônus para o órgão ou entidade cedente, nos termos do art. 79 da Lei Estadual nº 23.081/2018 e do Decreto Estadual nº 47.742/2019.

11.16. Se for o caso, a entidade vencedora do processo seletivo deverá receber os servidores que anuírem com a cessão especial com ônus para o órgão ou a entidade cedente, nos termos do Decreto Estadual nº 47.742/2019.

11.17. Durante a vigência do Contrato de Gestão, poderão ser disponibilizados pela Sejusp, bens, instalações e equipamentos públicos necessários ao cumprimento dos objetivos do Contrato de Gestão à entidade sem fins lucrativos vencedora, nos termos dos arts. 80 e 81 da Lei Estadual nº 23.081/2018.

11.18. Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pelo dirigente máximo da Sejusp.

11.19. Fica eleito o foro da cidade de Belo Horizonte para dirimir quaisquer dúvidas e questões decorrentes do presente Edital, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Belo Horizonte, 12 de agosto de 2024.

Rogério Greco

SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA



Documento assinado eletronicamente por **Giselle da Silva Cyrillo, Subsecretária**, em 12/08/2024, às 17:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alice Emmanuele Teixeira Peixoto, Superintendente**, em 12/08/2024, às 17:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rogério Greco, Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública**, em 12/08/2024, às 18:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **94802151** e o código CRC **B3D72AEA**.
